



**RELATÓRIO FINAL DO VI CONGRESSO ORDINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS SERVIDORES DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE E DO
PECMA**

(ACADEBio – Floresta Nacional Ipanema)

OUTUBRO – 2013

Ocorreu, entre os dias 15 e 18 de outubro de 2013, na Acadebio (Floresta Nacional Ipanema), o VI Congresso Ordinário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do Pecma, doravante denominado de VI Congresso. O VI Congresso contou com 65 participantes, distribuídos entre: 10 diretores – membros delegados natos do Congresso nacional (art. 22 do Estatuto da Asibama Nacional); 48 delegados eleitos; 01 membro do Conselho Fiscal; 02 convidados; 02 observadores; 01 apoio; e 01 advogado da Asibama Nacional:

PARTICIPANTES DO VI CONGRESSO

		Nome	Status
Asibama Nacional	Diretoria Executiva	Ana Maria Evaristo Cruz	Delegada
		Maria Goretti de Melo Pinto	Delegada
		Érico Grassi Cademartori	Delegado
		Hugulino de Almeida Dias	Delegado
		Carlos Eduardo Martins Silva	Delegado
		Cynira Alves de França Lopes	Delegado
		José Mário Amaral Viruê	Delegado
		Paulo Marinari Rodrigues	Delegado
		Emerson Luiz Nunes Aguiar	Delegado
		Vera Elen Nascimento Freitas	Delegada
		Conselho Fiscal	Francisco Missias da C.Lopes
Apoio /Convidados	Asibama Nacional	Caroline Carneiro Vilhena	Apoio
		Maria Lúcia Fattorelli	Convidada
		Diego Vega Posebon Silva	Advogado
	Condef	Josemilton Costa	Convidado
Estado/Entidade		Nome	Status
Acre	Asibama -AC	Fernando França Maia	Delegado
		Damião de Souza Leite	Delegado
Alagoas	Asibama -AL	José Antônio Barros Seixas	Delegado
Amapá	Asibama-AP	Valdeci Cavalcanti Ferreira da Silva	Delegada
		Gerusa da Silva Amoras	Delegada
Ceará	Asibama -CE	José Maria Barbosa Filho	Delegado
		Rômulo George Silveira e Sales	Delegado
Distrito Federal	Asibama -DF Asibama -Sede	Ariana Ioché Moraes Arimura	Delegada
		Mirian Vaz Parente	Delegada
		Adolpho André Bezerra Kesselring	Delegado
Distrito Federal	Asibama -DF ICMBio -Sede	Pedro Alcantara Costa	Delegado
		Rodrigo Paranhos	Delegado
		Paulo Cezar Mendes Ramos	Delegado
Distrito Federal	Assemma (MMA)	Rogério Eliseu Egewarth	Delegado
		Ozil Oliveira Sousa Junior	Delegado
		Antônio Carlos Martínez Sanches	Delegado
		Ana Paula Ferreira Coelho Lacerda	Delegada
Espírito Santo	Asibama -ES	Marco Aurélio Lessa Vilela	Delegado
		Guilherme Viana de Alencar	Delegado

PARTICIPANTES DO VI CONGRESSO

(continuação)

15/10/2013 (TERÇA-FEIRA)

1 Credenciamento

O credenciamento dos participantes do VI Congresso foi iniciado às 17h40 do dia 15 de outubro de 2013.

2 Mesa de Abertura do VI Congresso

A Mesa do VI Congresso foi aberta às 21h20 pelo Coordenador da Acadebio, Ricardo Brochado, e pela Presidente da Asibama Nacional, Ana Maria Cruz.



3 Aprovação do Regimento Interno do VI Congresso e outros encaminhamentos

Após a Mesa de Abertura, a Plenária aprovou, com algumas alterações na versão apresentada pela Diretoria Executiva da Asibama Nacional, o [Regimento Interno do VI](#)



Antes de fechar o primeiro dia de atividades do VI Congresso, a plenária fez um minuto de silêncio em respeito às vítimas do acidente ocorrido no Círio Fluvial, no Rio Amazonas, no Estado do Amapá, no final de semana que antecedeu o VI Congresso. O barco naufragado possuía vários servidores públicos e líderes sindicais a bordo.

4 Coquetel de abertura

O primeiro dia do VI Congresso foi encerrado com um coquetel de abertura, na Casa de Convivência da Acadebio.

16/10/2013 (QUARTA-FEIRA)

5 Mesa de conjuntura

¹ Acesse o Regimento Interno na íntegra no endereço eletrônico: <http://www.asibamanacional.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Regimento-Interno-do-VI-Congresso.pdf>

5.1 O Papel da Dívida na Conjuntura Nacional e Internacional – Maria Lúcia Fatorelli, da organização Auditoria Cidadã da Dívida.

Maria Lúcia discursou sobre os prejuízos causados à sociedade pela dívida pública, explicando que os montantes divulgados são fictícios e que o papel da dívida pública é invadir a estrutura do Estado².



5.2 10 anos de transgênicos no Brasil

O Analista Ambiental do Parque Nacional de Brasília/ICMBio, Paulo Cezar Mendes Ramos fez uma apresentação sobre os 10 anos de transgênicos no Brasil, seus riscos à saúde e ao meio ambiente³.

5.3 A Lei Complementar 140/2011 – Diego Vega

O advogado da Asibama Nacional, Diego Vega, palestrou sobre a Lei Complementar

² Acesse a apresentação da Maria Lúcia Fontorelli sobre a Dívida Pública no endereço eletrônico: <http://www.asibamanacional.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Divida-Publica-Nacional-e-Internacionala.pdf>

³ Acesse o texto “10 Anos de Transgênicos no Brasil” no endereço eletrônico: <http://www.asibamanacional.org.br/wp-content/uploads/2013/09/10-anos-de-transg%C3%AAnicos-no-Brasil.pdf>

140/2011, que alterou profundamente o ordenamento jurídico no setor ambiental⁴.

5.4 Discussão

Após as apresentações, a Mesa abriu espaço para a plenária discutir e fazer análises de conjuntura.



6 Término do credenciamento dos participantes

Às 14h foi encerrado o credenciamento dos delegados para o VI Congresso. Foram credenciados 59 delegados e dois observadores, de 21 estados mais o DF.

7 Informes das entidades

Este período foi reservado às entidades exporem seus informes locais. Segue, abaixo, a transcrição dos informes que foram encaminhados aos relatores do VI Congresso, por

⁴Acesse a apresentação do advogado Diego Vega no endereço eletrônico <http://www.asibamanacional.org.br/wp-content/uploads/2013/09/10-anos-de-transg%C3%AAnicos-no-Brasil.pdf>

escrito, pelos delegados que representaram suas entidades.

Neste relatório constam apenas os informes que foram repassados pelas respectivas delegações para a relatoria do Congresso, sendo mantidos os formatos e os conteúdos apresentados por cada um.

7.1 **Asibama/AC**

- a) A remoção para outros estados de servidores do ICMBio e a aposentadoria de servidores do IBAMA tem causado um esvaziamento de muitos setores do IBAMA e dos quadros das UC's. Essa evasão tem gerado uma sobrecarga sobre os servidores da ativa em ambos os órgãos, forçando a aposentadoria daqueles que atingiram o tempo de serviço. Além disso, a ausência de uma política de remoção coerente tem levado a um descontentamento e um incentivo coletivo a buscar métodos antidemocráticos de remoção;
- b) O ambiente de trabalho desagregador no IBAMA se dá pelo desmonte e o esvaziamento das atribuições do órgão, agravado pela própria configuração predial do órgão que já cria um ambiente de isolamento entre os servidores e seus setores. No ICMBio, o fator de desagregação da organização é territorial associada a falta das condições objetivas para realizar suas atividades. Esses fatores têm gerado nas duas instituições um estresse coletivo e os conflitos interpessoais são cada vez mais comuns, refletindo diretamente na organização coletiva. Outro fator que contribui para a desagregação das relações interpessoais dentro da estrutura do IBAMA é o ponto eletrônico instalado na SUPES-AC;
- c) Dentro desse cenário desfavorável, foram realizadas reuniões para planejamento das ações futuras e levantamento das dificuldades no processo de mobilização tanto para a discussão da carreira quanto para eleição da nova diretoria. Dentro da discussão da carreira, foi priorizada a formação política dos servidores como ferramenta principal como forma de resistência ao desmantelamento da política ambiental brasileira.
- d) Para eleição da nova diretoria da ASIBAMA-AC foram realizadas três reuniões para construção de uma plataforma de propostas para ações futuras e discussão da sucessão da ASIBAMA local. Após essas reuniões por afinidade a indicação para os cargos foi constituída a chapa e eleita, tomando posse no dia 04 de outubro de 2013.
- e) As pressões políticas e econômica sobre o IBAMA e ICMBio e os constantes ataques políticos e econômicos, motivados por interesses econômicos estão fragilizando a gestão dos dois órgãos: de um lado o esvaziamento das atribuições do IBAMA e do outro o ICMBio sofre as pressões, em especial sobre unidades de conservação como a RESEX Chico Mendes, que nos últimos anos vem sofrendo constantes ataques com o objetivo de desmoralizar o movimento socioambiental, patrocinados por setores ligados à pecuária e ao agronegócios.
- f) Os ataques de alguns setores do Governo do Estado do Acre também são bastante frequentes. Esses ataques são motivados com o mesmo ponto comum: interesse

em explorar os recursos naturais da RESEX Chico Mendes em nome do mercado interno e externo, em especial o produto madeira, retirada da UC muitas vezes de forma ilegal e acobertada por esses setores. Um exemplo claro dessa política de desmoralização e desagregação da política ambiental está materializada em investimentos instalados na região do Médio e Alto Acre, onde se localiza a RESEX, em que a cultura local é constantemente desrespeitada onde o “fazer dar certo” é o único fim em função do interesse do mercado. A mal fadada fábrica de pisos, tocada com recursos de empréstimos (dadas como garantia de retorno os recursos madeireiros da RESEX Chico Mendes) é um exemplo claro disso. Tal empreendimento desde sua instalação só trouxe prejuízos para o estado por vários motivos dentre eles de ter instalado em local onde não há madeira, confiados em transformar a RESEX Chico Mendes em uma grande fornecedora de madeira. Todos esses ataques são realizados em nome de uma falsa sustentabilidade.

7.2 Asibama/AL

- a) O IBAMA/AL atualmente conta com 134 servidores (57 ativos e 77 aposentados/pensionistas), sendo que dentre os servidores ativos 24 (vinte e quatro), já podem solicitar a sua aposentadoria no momento que desejarem.
- b) A ASIBAMA/AL, conta atualmente com 88 filiados sendo: 49 ativos e 39 aposentados/pensionistas. Dentre os ativos 05 (cinco) são do ICMBio e 44 (quarenta e quatro) do IBAMA, e todos os aposentados/pensionistas são do IBAMA.
- c) A ASIBAMA/AL no momento encontra-se em processo eleitoral, visando eleger a diretoria e o seu conselho fiscal para o biênio 2014/2015, entretanto a mesma encontra-se com um passivo financeiro um pouco acima de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), fruto da dívida de alguns filiados junto a Associação.
- d) No IBAMA/AL os servidores ultimamente estão sofrendo com práticas de ASSÉDIO MORAL, RETALIAÇÃO e PERSEGUIÇÃO por parte da Superintendente que não é da Carreira de Especialista do Meio Ambiente, tão pouco é servidora pública de qualquer esfera administrativa, e cujo propósito, segundo fala da mesma, é que a sua estada no IBAMA (que já dura 4 anos) é meramente curricular, pois deseja ser Ministra do Meio Ambiente, e também porque pertence a um partido nanico e politiqueiro que é o Partido Verde (PV). Estas práticas de perseguição e a gestão desastrosa no IBAMA/AL, conta com a participação efetiva do Chefe da DITEC/AL que também desempenha a função de Superintendente Substituto de forma centralizadora e ditatorial, chegando inclusive juntamente com a Superintendente a desrespeitar e não atender até determinações emergenciais do Presidente do IBAMA, o que tem gerado conflitos seriíssimos, resultando em tensão, angústia e desmotivação dos servidores permanentemente, podendo culminar em atos jamais pensados ou praticados por parte dos mesmos.
- e) O SINTSEP/AL já tomou conhecimento dos fatos que estão ocorrendo no IBAMA/AL, inclusive já realizou uma reunião com os servidores no dia 11/09/2013, e solicitou através de Ofício uma reunião com a Superintendente, reunião esta ainda não realizada.
- f) A Superintendência do IBAMA/AL vem utilizando dois pesos e duas medidas, no

tocante as solicitações de redistribuições/remoções, pois não respeita a ordem cronológica destas solicitações, e ainda adota critérios discriminatórios, ou seja, exige contrapartida (Ex: permuta) para alguns servidores e para outros não.

- g) No tocante aos servidores aprovados no concurso público para o cargo de Técnico Administrativo, o IBAMA/AL foi contemplado a 4 (quatro) vagas, no entanto os três primeiros candidatos não se apresentaram, o quarto e quinto assumiram, e em seguida renunciaram em virtude de terem sido aprovados em outro concurso mais atrativo, por fim o sexto e sétimo assumiram, porém não sabemos até quando ficarão, pois a questão salarial não é tão atrativa comparada com cargos equivalentes de outras carreiras.
- h) Os servidores de nível intermediário solicitam o reforço do pleito junto ao governo da redução da diferença salarial entre os cargos de nível intermediário e de nível superior, aumentando a remuneração do nível intermediário, bem como para os cargos de nível auxiliar.
- i) No dia 19/09/2013, o Presidente do IBAMA esteve no Estado de Alagoas para assinar o termo de acordo de cooperação para gestão compartilhada dos recursos faunísticos com o Governo de Alagoas, e nesta ocasião o mesmo fez uma visita ao IBAMA/AL, onde se reuniu com os servidores e explicitou para todos os presentes que o IBAMA não é mais um órgão de preservação, apenas um prestador de serviços ambientais objetivando apenas arrecadação, em detrimento total da atribuição de preservação, diante disto, os servidores ficaram perplexos, e começaram a se perguntarem como ficarão a grande coleção de servidores qualificados altamente especializados dentro desta nova estrutura do IBAMA, ou se é possível implantar uma política de redistribuição para facilitar o aproveitamento desses servidores, dentro de suas competências, de acordo com o perfil profissional?
- j) O CETAS sem existir oficialmente até hoje na estrutura do IBAMA e ainda fora do último Regimento Interno publicado, enfrentam o menosprezo da administração e expõem ao ridículo os servidores ali lotados, dessa forma não existe interesse da administração no funcionamento dessas estruturas, mas falta coragem para provocar o encerramento das atividades, uma vez que esses equipamentos geram enorme agenda positiva para o órgão, simpatia da sociedade e pressão do Ministério Público pela sua manutenção.
- k) Ponto Eletrônico e DOC IBAMA são vistos apenas como ferramentas a serem utilizadas na avaliação de desempenho dos servidores, pois ambos não melhoraram em nada a eficiência dos trabalhos na Superintendência.

7.3 Asibama/AP

- a) Com a criação da gratificação de qualificação, os servidores inativos não foram contemplados. Ocorre que muitos deles, quando na ativa, procuraram melhorar seus conhecimentos e deram o melhor de si para desempenhar suas atividades, oportunizando a instituição a apresentar resultados satisfatórios junto à sociedade. Reivindicação da GQ aos aposentados que se especializaram, usando critérios para aqueles que se aposentaram de 10 anos atrás até hoje.

- b) Há necessidade de abertura de vagas para concurso público para atender melhor as necessidades da instituição em virtude do número expressivo dos servidores que se aposentaram nos últimos 10 anos.
- c) Estrutura física do prédio do IBAMA/AP. Apesar da reforma realizada em 2012, já apresenta sobrecarga de energia elétrica, trazendo perigo aos trabalhadores.

7.4 ASSEMMA

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) vem demonstrando, pela sua atuação cotidiana e pela orientação de suas políticas, que abre mão das profundas mudanças sociais, econômicas e culturais necessárias para que o ambiente ecologicamente equilibrado seja concretizado como um direito de todos, das gerações atuais e futuras.

Ao se aproximar intimamente de grupos que possuem como representações nacionais a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), seguindo o exemplo do governo de coalizão, o MMA limita excessivamente sua margem de ação e fica refém das pequenas concessões que esses grupos admitem fazer, em troca de benesses como anistias e certificações *verdes*. Nessa coalizão, como lutar contra as mudanças no Código Florestal trazidas pela Lei nº 12.651/2012, ou contra a obsolescência programada, questões que nunca poderiam ter ficado à margem da atuação do órgão central do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), como hoje estão?

Para mudar esse quadro a Associação dos Servidores do MMA (ASSEMMA) vem atuando desde que foi fundada, em 07 de abril de 2008. A ASSEMMA sempre fomentou o debate acerca das políticas ambientais e empenhou-se pela defesa do meio ambiente e da justiça ambiental – necessária por si só, além de ser condição para que de fato haja sustentabilidade ambiental.

A presença de servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (CEMA) e do Plano Especial de Cargos do MMA e do IBAMA (PECMA) no MMA é recente: o 1º concurso para analista ambiental ocorreu em 2004 e o 1º concurso para agente administrativo ocorreu apenas em 2009. Houve outros dois concursos para analista ambiental, em 2007 e em 2011. Apenas em 2010 os servidores efetivos tornaram-se maioria no MMA e os resultados dessa transição ainda estão em curso. Hoje somos aproximadamente 250 agentes administrativos e 580 analistas ambientais, dos quais 157 são associados à ASSEMMA (21%) – em outubro/2013 associou-se o 1º servidor terceirizado.

A atual diretoria da ASSEMMA foi empossada em 23 de março de 2013 e deve ficar à frente da entidade no período 2013-2015. Nossa atuação vem no sentido de profissionalizar a ASSEMMA em sua estrutura e procedimentos, para torná-la cada vez mais democrática, reconhecida e respeitada pelos servidores e direção do MMA como entidade representativa legítima, além de se tornar um agente

relevante no debate ambiental nacional.

Como canais de comunicação, criamos o jornal Ambiente em Movimento (atualmente trimestral), em que comunicamos o que a ASSEMMA tem feito e um pouco do que está acontecendo no MMA e no país. Desenvolvemos também a página da ASSEMMA na internet (www.assemma.org.br), que em breve estará no ar, e estamos soltando frequentes informes da ASSEMMA sobre resultados de reuniões e outros assuntos relevantes e urgentes, nas listas de e-mail dos servidores, além de enviar para todos os associados.

Para ajustar as contas da associação, que passou a arrecadar apenas em 2012 e ainda não tinha se organizado para isso, contratamos uma empresa de contabilidade, que organizou nossas contas e apoiará nossa prestação de contas – em breve faremos a primeira.

Para oferecer benefícios aos associados, conseguimos celebrar os primeiros convênios da ASSEMMA e outros já estão a caminho – orientamos os próprios servidores a indagarem nos locais que frequentam sobre a possibilidade de celebrarem convênio conosco.

Por fim, entendemos que para ter uma associação realmente forte e representativa, é preciso expandir a participação para os servidores como um todo, evitando nos limitarmos à diretoria. Foi um grupo de servidores interessados que, com suporte da diretoria da ASSEMMA, organizou o III Encontro dos Servidores do MMA, realizado em 07 de outubro de 2013, que teve como tema “Participação Social e o Controle Popular das Políticas Públicas de Meio Ambiente: Desafios e Perspectivas para a Gestão Ambiental Pública” e contou com a participação de movimentos sociais da cidade e do campo, além dos servidores ambientais.

Apesar dos obstáculos e limitações que encontramos atualmente no MMA, a tendência é que o corpo de servidores (com presença cada vez maior de servidores efetivos) se fortaleça e, organizado, consiga o poder necessário para pautar as políticas públicas socioambientais no país e garantir que elas atinjam as raízes dos conflitos socioambientais, necessariamente passando pela justiça ambiental. E vamos lutar para que assim seja!

7.5 Asibama/CE

- a) LC 140/11 – Apesar de algumas reuniões já terem sido realizadas sobre o tema, ainda há falta de entendimento sobre essa lei. Há servidores que entendem que a lei é boa e define melhor as atribuições do IBAMA e fortalece o SISNAMA. Mas também há servidores que resistem à nova lei, entendendo que ela enfraquece a instituição. De qualquer forma, há necessidade de se promover a discussão política sobre a LC 140.
- b) A SUPES/IBAMA/CE tem tido atuação mais voltada para a defesa das Terras Indígenas, seja por demanda do MPF ou da FUNAI.
- c) A SUPES/CE recebeu recentemente cinco novos servidores de nível médio. Entretanto, dois destes já estão saindo, por terem sido aprovados em concursos com melhor remuneração.

- d) A Asibama/CE tem nova direção eleita, porém ainda não empossada. Por problemas de documentação e prazos estabelecidos pelo MPOG, a entidade, depois de vários meses sem consignação, voltou esse mês a receber as contribuições dos filiados.
- e) Há uma enorme preocupação sobre o PL/64441/2013, que altera as competências do IBAMA nos processos de licenciamentos de empreendimentos energéticos. É preciso uma estratégia por parte da Asibama Nacional para barrar o projeto.
- f) CGEAM – Coordenação Geral de Educação Ambiental: A Asibama Nacional deve fazer gestão no intuito de do retorno das atividades da coordenação
- g) Que os DAS's no IBAMA sejam distribuídos entre servidores da carreira, por meio de seleção por editais, como ocorre em alguns casos no ICMBio.
- h) Que a Asibama discuta estratégias de mobilização com vistas ao fortalecimento do IBAMA e da gestão ambiental, com a utilização de meios de comunicação.
- i) Que seja retomada a discussão sobre a correção da disparidade salarial entre os últimos degraus da tabela de progressão do nível médio com o primeiro do nível superior.
- j) Cobrar da direção do IBAMA a continuidade com o convênio com a GEAP, e que a Asibama participe efetivamente das reuniões dos conselhos estaduais e nacional da GEAP, cobrando o cumprimento das cláusulas do convênio.
- k) Que o IBAMA defina claramente em sua legislação o direito ao usufruto de horas extras, de adicional noturno, com seus respectivos valores, bem como a elaboração de um banco de horas.
- l) O próximo Congresso da Condsef será realizado no Ceará, na localidade de Praia das Fontes, no Município de Beberibe.

7.4 Asibama/ES

- a) Que a Asibama se empenhe em obter precedentes jurídicos para garantir a percepção das gratificações de forma integral pelos aposentados e pensionistas.
- b) Há dificuldades na liberação de diárias para a participação em eventos, vistorias, fiscalização e reuniões. Além disso, não há transparência na gestão das diárias.
- c) Há servidores respondendo como “chefes” sem DAS's, respondendo apenas com funções, o que não garante a nomeação de substitutos.
- d) A coordenação regional precisa ser fortalecida.
- e) A Unidade Avançada de Administração e Finanças do ICMBio em Arembepe/BA com dificuldade de execução de suas demandas, comprometendo a gestão das UC's: o modelo de gestão adotado pela UAAF dificulta sobremaneira a execução de contratos para reformas e manutenção, sendo esta uma das principais reivindicações de todas as UC's do ES, e dificulta também a execução dos recursos das compensações ambientais.

- f) Falta de recursos humanos, principalmente de técnicos e administrativos, no CETAS/ES.
- g) Há a preocupação com a necessidade de regulamentação da progressão, que foi trazida pela Lei.

7.5 Asibama/GO

MANIFESTO DOS SERVIDORES DO IBAMA E ICMBIO NO ESTADO DE GOIÁS

PAUTAS GERAIS

- a) Escritórios Regionais: não observância dos trâmites administrativos na “desativação” da estrutura e arbitrariedade no trato com os servidores envolvidos.
- b) Equiparação entre ativos e inativos.
- c) Política de remoção e redistribuição.
- d) Falta de regulamentação de horas trabalhadas a mais fora do horário convencional.
- e) Adicionais de periculosidade e insalubridade para todos os servidores (pois eventualmente todo servidor pode realizar tarefas insalubres ou perigosas).
- f) Equiparar ou aproximar o Plano de Cargos, Carreira e Salários e os valores da Gratificação de Desempenho com outras carreiras do Executivo.
- g) Criar um terceiro nível da Gratificação de Qualificação para detentores de títulos de Doutorado ou Pós-Doutorado.
- h) Enorme passivo de processos de auto de infração pendentes de instrução e julgamento.
- i) Preocupação com a qualidade e custo do Plano de Saúde Corporativo.
- j) Risco da má avaliação Institucional sob consequência da não percepção integral da GDAEM pertinente.

ADMINISTRATIVO (ÁREA MEIO)

- a) Falta de critérios claros e concisos, negligência, ou até conivência, por parte da alta e média administração das Autarquias na indicação de cargos comissionados com encargos relevantes às áreas meio e finalística, que exigem, frequentemente, perfis técnicos e administrativos especializados e experiência gerencial em setores de base daquelas áreas.
- b) Falta de um canal para dialogar sobre os problemas administrativos.
- c) Restrição de acesso on-line a sites de pesquisa importantes para conclusão de análises, pareceres e afins.
- d) Carência ou inadequação de estruturas, condições, implementos, recursos financeiros, entre outros.
- e) Imposição arbitrária de funções pela chefia imediata, sem consulta e concordância dos servidores e, principalmente, sem observância da qualificação técnica do servidor. Muitas vezes essa situação ocorre sem o devido ato formal.

GESTÃO DE PESSOAS

- a) A carência de uma política de gestão de pessoas que garanta efetivamente o melhor aproveitamento funcional dos servidores. Tal deficiência implica diretamente na saúde emocional e física dos servidores e, por consequência, na qualidade do trabalho.
- b) Recorrência de assédio moral praticado por chefias em todos os níveis hierárquicos, sendo esse assédio, via de regra, não fundamentado e até mesmo calunioso.

- c) Sobrecarga de trabalho em poucos servidores supostamente “mais qualificados” na visão administrativa, muitas vezes em detrimento e desqualificação de servidores também bem capacitados, interessados e disponíveis, porém difamatoriamente conceituados como avessos à postura administrativa local. Tal situação contribui negativamente para o atingimento das metas institucionais e, principalmente, individuais.
- d) Carência de recurso humano especializado às diferentes áreas técnicas.
- e) Necessidade da promoção de concurso público direcionado para as regiões com maior carência de recursos humanos, com o estabelecimento de uma política de incentivo à
- f) permanência dos servidores no local.
- g) Excesso de terceirização de serviços da área meio e pouco recrutamento de servidores efetivos dessa área via concurso.
- h) Falta de uma política institucional de apoio aos servidores lotados em áreas remotas, de difícil acesso ou de fronteiras.
- i) Capacitação contínua dos servidores em cursos de formação com temas administrativos e finalísticos, dentre os quais legislação ambiental, contratos, compras, licitações, geoprocessamento, gestão da informação.
- j) Deficiência de estímulo e motivação para o aperfeiçoamento e capacitação dos servidores.

QUESTÕES LOCAIS

- a) Alienação dos servidores lotados na SUPES quanto aos problemas relativos ao fechamento dos Escritórios Regionais.
- b) Retaliação àqueles servidores que se disponibilizaram a integrar equipes de fiscalização fora do Estado.
- c) Servidores emocionalmente instáveis devido à ingerência administrativa sofrida em sucessivos ciclos de gestão.
- d) Utilização inflexível e impertinente do controle digital de horário (catraca/ponto eletrônico) de permanência no local de trabalho, como instrumento de mensuração da produtividade e meio de coação e assédio do servidor.
- e) Remanejamento de terceirizados em favorecimento de setores e/ou servidores por conveniência das chefias, deliberadamente, por motivação pessoal condicionada pela boa relação destas chefias com os servidores favorecidos.
- f) Determinação por parte da Administração de uso de garagem interna exclusivamente para detentores de cargo em comissão e servidores qualificados pela mesma como possuidores de função “relevante” dentre os demais.
- g) Desmotivação generalizada dos servidores quanto às questões de ordem política e social nacional, e notadamente ao que se relaciona à carreira, à Associação dos Servidores e o Sindicato da categoria.
- h) Melhorar o setor de Comunicação da SUPES/GO.
- i) Falta de recursos para o CETAS para manutenção predial e de novas obras.
- j) Qual a efetividade no cumprimento da missão da SUPES/IBAMA/GO, especialmente quanto à conservação e recuperação do Bioma Cerrado?
- k) Qual o papel que o IBAMA/GO cumpre em relação a Política Nacional de Meio Ambiente?
- l) Qual a percepção dos servidores da SUPES/GO quanto ao repasse de atribuições para o Estado e Municípios?
- m) Quanto e com qual qualidade os Planejamentos Anuais de atividades da SUPES/GO têm sido cumpridos?

- n) A área fim da SUPES/GO está gerando ativos ou apenas trabalhando com os passivos ambientais?

GESTÃO INSTITUCIONAL

- a) Carência de lideranças inspiradoras, ocupantes decargos de chefia, que sejam comprometidas com as causas ambientais, que resgatem a importância dos órgãos ambientais perante a sociedade.
- b) Carência de organicidade e integração entre os grupos setoriais e suas tarefas.
- c) Priorização de recursos financeiros, humanos e instrumentais à Fiscalização Ambiental, tendo esta uma atuação histórica essencialmente “curativa” e não preventiva/educativa.
- d) Deficiência da área de Licenciamento Ambiental na determinação e monitoramento de condicionantes aos empreendedores ou de medidas compensatórias a eventuais danos ambientais. Há deficiência também na captação e execução dos recursos advindos do processo de licenciamento.
- e) “Engessamento” da atuação do IBAMA: limitação de diretrizes de fiscalização (atuação desproporcional entre os biomas); enfraquecimento do licenciamento ambiental; perda de atributos institucionais relevantes como a educação ambiental, parte importante da gestão de fauna e flora, etc.; ingerências políticas e governamentais, especialmente quanto à estrutura, missão e administração; recursos disponíveis priorizando poucos setores, muitos dos quais sem definição clara de metas e indicadores de atingimento das mesmas; supervalorização finalística de áreas/setores em detrimento de outras.
- f) Baixa eficiência no monitoramento e controle de danos ambientais.
- g) Falta de objetivos institucionais claros e participação dos servidores na elaboração e desenvolvimento de projetos que atendam de fato os objetivos propostos.

7.6 Asibama/PB

- a) A entidade não está repassando contribuição para a Asibama Nacional porque está sem arrecadação, uma vez que perderam o prazo de recadastramento no sistema de consignação do MPOG;
- b) Há uma preocupação local com a força de trabalho, pois muitos servidores estão se aposentando;
- c) O ponto eletrônico segue sendo o maior estresse entre os servidores; e
- d) Servidores questionam a possibilidade de se ter a carga horária de 6h, com remuneração integral.
- e) O IBAMA precisa assumir e definir responsabilidades perante os conselhos de classe, em destaque do CREA.
- f) É inviável cumprir com as recomendações da CGU, por conta da falta de capacitação dos servidores. .

7.6 Asibama/MG

ICMBio

- a) Há falta de infraestrutura física na CR-11 para atender as demandas;
- b) Há UC's sem nenhum servidor da casa;
- c) Um parque reduziu o horário de visitação devido a falta de servidores;
- d) Há grande número de servidores em processo de aposentadoria;
- e) Os servidores estão desmotivados e sem mobilização;
- f) Há um distanciamento entre servidores do IBAMA e do ICMbio;
- g) Há grande descontentamento, dentre os servidores, com o plano de saúde GEAP;
- h) Há servidores desmotivados com a carreira ambiental e insatisfeitos com os valores e critérios das GQ's;
- i) Há uma boa relação com o Sindicato dos Servidores Públicos Federais de MG.

IBAMA

- a) Permanece sem superintendente titular. No início do ano nomearam o Sr, Evandro, que permaneceu no cargo por apenas alguns meses. Os servidores almejam ter um superintendente que seja da Carreira. Foi enviada uma carta aberta ao Presidente do IBAMA com reivindicações;
- b) Porte de armas – hoje há vários fiscais com o porte de arma vencido;
- c) Ponto eletrônico – só há relógio de ponto na sede da Supes;
- d) A academia da Asibama está em reforma;
- e) Com a transferência das competências relacionadas à fauna para os estados, os servidores do IBAMA deram treinamento aos servidores do estado;
- f) A Asibama/MG teve alguns problemas com o desconto em folha das contribuições, mas os problemas já estão superados;

7.7 Asibama/MS

- a) O IBAMA/MS deu posse aos novos concursados, totalizando 15 Técnicos Administrativos.
- b) A entidade informou sobre o andamento do Recurso Extraordinário nº 631389 junto ao STF, que trata da extensão da Gratificação de Desempenho Individual na proporção de 80% para inativos e pensionistas do DNOCS, da Carreira do PGPE. Que esse processo pode beneficiar servidores de outras carreiras, inclusive CEMA e PECMA.
- c) Os inativos do MS solicitam à Asibama Nacional apoio para rever o processo de reenquadramento dos aposentados e pensionistas junto à ASIBAMA/DF.

7.8 AEMA/PE

- a) Há preocupação dentre os servidores do estado com a grande quantidade de servidores que se aposentarão em 2014, sendo que Pernambuco não foi contemplado nos últimos concursos para Técnico Administrativo.
- b) A AEMA pede à Asibama Nacional avaliar se não haveria “brechas legais” para, em caso de vacância, efetivar a ascensão funcional.
- c) Os servidores entendem que o Docibama seja aperfeiçoado, integrando o Docibama, o Sicafi e o AI eletrônico;
- d) Mesmo após muita resistência dos servidores, houve o fechamento do núcleo de educação ambiental do IBAMA de Pernambuco.
- e) Há necessidade de levar às redes sociais e às manifestações populares as problemáticas ambientais e econômicas, como a LC 140/2011, transgênicos e auditoria cidadã das dívidas públicas.
- f) A entidade está preocupada com a possibilidade de ocupação do espaço da AEMA/PE pela SUPES/PE.

7.9 Asibama/PA

- a) Fechamento dos escritórios regionais: os que ainda não foram fechados se encontram abandonados. No caso dos ESREG's fechados, os servidores estão sendo removidos sem ajuda de custo e servidores que optaram por certas unidades não estão sendo aceitos;
- b) Aluguel do novo prédio da SUPES: o prédio está locado há quatro meses, mas não efetuaram a mudança por falta de recursos para preparar e equipar o novo prédio;
- c) ICMBio/RESEX: Destinação inadequada de políticas públicas nas Resex, gerando pressão e ameaças externas a gestores que se opõem a determinados procedimentos. Foram entregues à Asibama Nacional documentos relatando o caso de um servidor do Pará que convive com esta problemática.
- d) Fiscalização: com a redução de operações, houve aumento de desmatamento no estado. O órgão estadual não atende às demandas.

7.10 Asibama/RJ

Em Assembleia realizada no dia 9.10.2013, os Servidores do IBAMA e do Instituto Chico Mendes lotados no Rio de Janeiro, debateram questões pertinentes ao VI Congresso Nacional da Asibama, tendo encaminhado as seguintes questões:

- a) Apoio à discussão sobre a mudança da sigla da Associação Nacional, não tendo sido apresentadas questões contrárias a tal alteração e sugestão de ampliação do debate nas Entidades filiadas;
- b) A fragilidade financeira das associações nos estados, devido a dificuldade de garantir a consignação em folha, propondo como alternativa a discussão sobre a Asibama Nacional centralizar a arrecadação e repassar para as associações nos estados, que passariam a funcionar como bases avançadas da nacional;

- c) A desmobilização dos servidores e a necessidade de novas formas de envolvimento e luta, com relato sobre o encontro do “Movimento dos 500”, que teve participação de uma servidora do Rio de Janeiro, apoiada pela Asibama/RJ;
- d) Que os servidores que respondem por ação civil ou criminal sejam apoiados pela Asibama Nacional e tenham garantido advogado da instituição pela qual responde de modo a gerar maior segurança a esses servidores;
- e) Iminência de aposentadoria em massa e déficit de funcionários, que serão sobrecarregados;
- f) Reduzido número de cargos em comissão na SUPES/RJ, que inviabiliza a boa gestão das unidades;
- g) Fomento à discussão sobre a democratização da gestão dos órgãos ambientais, incluindo a eleição de Presidente e Superintendentes, precariedade de instrumentos de gestão de desempenho dos servidores e dos órgãos e contingenciamento gastos com viagens e serviços externos;
- h) Encaminhamento de proposta de resolução contra os leilões de petróleo e orientação às associações nos estados de apoio a Moratória do *Fracking* e a não exploração do gás não convencional;
- i) que a Asibama Nacional apoie e estimule a assinatura do documento elaborado pelo Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras pela regulamentação dos territórios da pesca, cujo apoio já foi aprovado pela Asibama/RJ; contrariar a PEC 215, que incide diretamente sobre as populações indígenas; manifestar discordância ao Código de Mineração; encaminhamento de proposta para ratificação da moção de apoio à luta dos professores em greve no Rio de Janeiro aprovada e divulgada pela Asibama/RJ.

7.11 Asibama/SE

- a) Os servidores de Sergipe propõem que a Asibama Nacional incorpore no seu CNPJ e no seu estatuto as associações/entidades de base que passariam a serem filial da Asibama Nacional, contendo o mesmo número do CNPJ da matriz. Com este procedimento a Asibama Nacional efetuará os débitos na conta dos associados em consignação direta com o MPOG;
- b) Que a Asibama Nacional seja transformada em Sindicato.
- c) Periodicidade do Congresso Nacional: que Congresso Nacional se realize um ano sim e outro não; nos anos que não tiver Congresso haveria pequenos encontros regionais (região norte, região nordeste etc.) com a presença de delegados tirados nas assembleias das entidades de base.
- d) Ponto Eletrônico: que a Asibama Nacional provoque a PROGE/IBAMA, denunciando ao Ministério Público Federal e ao Ministério do Trabalho para resolver a questão ocasionada pelo assédio que os servidores estão sofrendo pela SELEM/CGRH/DIPLAN e pelo próprio RH do órgão nos estados.
- e) Que seja discutido junto à assessoria jurídica da Asibama Nacional, uma ação

rápida a respeito da Lei Complementar 142, de 08 de maio de 2013 que regulamenta o 1º do art. 201 da Constituição Federal, relativa a aposentadoria de pessoa com deficiência segurada pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, no caso, este direito deve ser estendido para os trabalhadores da esfera pública federal e;

- f) Que seja discutido junto à assessoria jurídica da Asibama Nacional a questão da suspensão da aposentadoria através do Ofício-Circular nº 05/2013/SEGEP-MP de 24 de julho de 2013 ao direito da concessão da aposentadoria especial fundamentada no Art. 57 da Lei nº 8.213 de 1991.

7.12 Asibama/TO

- a) Estão precisando da Reforma da Sede Própria do IBAMA que está abandonada há mais de 08 anos.
- b) No momento, não estão tendo problemas com a administração do IBAMA local.
- c) Concurso do IBAMA/2012, 08 (oito) servidores tomaram posse.
- d) Fechamento de Escritórios Regionais: Por enquanto não se falou em fechamento. 02 (dois) escritórios estão em atividade: Araguaína na Região Norte do Estado e Gurupí na Região Sul
- e) A entidade tem enfrentado muitas dificuldades para mobilizar os servidores;
- f) Há desânimo nos associados, que reclamam por colaborarem todos os meses sem verem resultados. Questionam pelas vantagens de serem associados, uma vez que os ganhos são percebidos pelos servidores que não contribuem, nem se mobilizam. Desejam de levar deste Congresso alguma novidade para que os servidores se motivem.
- g) Os aposentados que são associados reclamam que a ASIBAMA não está fazendo nada por eles;
- h) Situação do Plano de saúde: intervir e propor junto a PreviQuali a abertura de opção de “plano de saúde” ao invés de “seguro saúde”;
- i) A Asibama deve adotar uma postura firme contra o fechamento dos escritórios regionais;
- j) Política de remoção e distribuição: a Asibama deve propor um programa de política interna de movimentação dos servidores, com ferramenta de concursos periódicos;
- k) A Asibama deve discutir seriamente a política de construção, reforma e ampliação das sedes próprias;
- l) A Asibama deve defender que a indenização de campo devida aos servidores lotados na Amazônia seja ampliada para além dos analistas ambientais e técnicos ambientais

7.13 Asibama/RN

O grande problema da ASIBAMA/RN atualmente se refere ao fato de que desde Fevereiro de 2013 não estaria ocorrendo o desconto nos contracheques das mensalidades dos associados, inviabilizando em termos financeiros a realização de muitas melhorias e a participação em diversas atividades.

SITUAÇÃO NOS ÓRGÃOS DA ÁREA AMBIENTAL NO RN

- a) Clima altamente negativo e de “confronto velado” entre “Grupos de Poder” dentro da SUPES/RN, com destaque para “o grupo dos velhos” e “o grupo dos novos” servidores;
- b) Falta quase total de participação dos “servidores novos” em atividades convocadas pela ASIBAMA/RN e pelo SINTSEF/RN;
- c) Diferentes situações onde estaria ocorrendo Assédio Moral contra servidores na SUPES/RN;
- d) Diversos problemas que estariam ocorrendo em relação ao Ponto Eletrônico Digital instalado na SUPES/RN;
- e) Necessidade urgente de um trabalho de socialização, sensibilização pessoal e institucional, na busca de aumentar a autoestima e valorização dos servidores da SUPES/RN;
- f) Em relação aos servidores das Unidades do ICMBio no RN, estes estariam isolados dentro de suas Unidades, e de forma geral, sem o devido apoio e condições para desenvolver as ações inerentes a estas Unidades, quer seja nas UC's e nos Centros de Pesquisa vinculados a este Instituto;
- g) g) Outro ponto preocupante em relação às Unidades do ICMBio, seria a necessidade urgente de concursos públicos para recomposição da força de trabalho do órgão, tendo em vista a grande quantidade de servidores em via de aposentadoria, com UC's vindo a contar com somente um ou dois servidores.

MOBILIZAÇÃO DOS SERVIDORES

A última atividade de mobilização com boa participação, ocorreu em Setembro de 2013, quando foi realizado um Encontro dos Servidores da Área Ambiental Federal com o SINTSEF/RN, onde foram expostos diferentes problemas que estariam ocorrendo com os servidores do IBAMA e ICMBio no RN, inclusive com a participação do Superintendente do IBAMA/RN.

Neste Encontro foram tirados diversos encaminhamentos, apontando alternativas para minimizar os diferentes problemas que estariam ocorrendo, se iniciando um processo de aprofundamento destas questões na busca de sua resolução.

7.14 Asibama/RS

Há desinteresse da base, desde a eleição para escolha da nova Direção, pois é com extrema dificuldade que tem se conseguido montar uma chapa nos últimos anos. No mês de novembro/2013 ocorrerá nova eleição para o biênio 2014/2015, e que até a presente data não tem despertado interesse dos associados em

participar.

Na Superintendência do IBAMA do RS, não se diferencia das demais, pela falta de diálogo com os servidores e pela divisão entre novos e antigos, o que tem estimulado ao pedido de aposentadoria bastante grande.

Foi empreendida uma luta pela Asibama Nacional, Asibama/RS e Sindicato dos Servidores Federais do Rio Grande do Sul, pela manutenção do Centro de Pesquisa de Rio Grande - CEPERG, com mais de 40(quarenta) anos de existência, que estava por ser extinto e seus servidores removidos. Infelizmente por força de um Decreto, os mesmos voltaram ao ICMBio, pois pertenciam regimentalmente ao IBAMA, com os seus servidores lotados no ICMBio. O que demonstra a bagunça administrativa que as instituições públicas vêm passando.

Outra demanda que tem sido enfrentada no âmbito jurídico pelo SINDISERF/ASIBAMA/RS é pela manutenção dos antigos POCOF's e pela permanência dos servidores nas suas respectivas sedes, como é o caso de Santa Vitoria do Palmar; Pelotas; Camaquã e Santo Ângelo.

Outra demanda enfrentada, é a luta pela manutenção das Bases Avançadas de Passo Fundo e Tramandaí, que são a bola da vez para serem extintas. Tem sido realizada varias articulações políticas com Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais, Federais e Senadores, objetivando a manutenção das mesmas, além de estarmos negociando a realização de Audiências Públicas, com a finalidade de criarmos um fato político.

O crescente desmonte da área ambiental federal, leia-se IBAMA e ICMBio, tem que ter por parte da Asibama Nacional, uma política mais agressiva, objetivando denunciar e combater esta concepção de estado mínimo, que começou em governos anteriores e que tem sido implementada no governo petista. Bresser Pereira já dizia que o IBAMA seria o protótipo de uma Agência Executiva do governo FHC, agora está caminhando de forma acelerada.

Outro fato que a base reclama é pela falta de agilidade, nas tomadas de decisões e a rapidez com que as informações de interesses coletivos chegam às Asibamas e respectivamente até as bases, casos como GEAP, Mandado de Injunção, Abono Permanência e outras.

7.15 Asibama/CEPTA/SP

IBAMA

- a) O prédio da SUPES/SP está *sub-judice*, por problemas estruturais. Um exemplo é o problema da falta de manutenção do elevador, onde há poucos meses despencou e um dos colegas teve que ser levado ao pronto socorro.
- b) Foram constituídas duas unidades avançadas: Aeroporto de Viracopos e Aeroporto de Guarulhos, já com as chefias com os respectivos DAS. A próxima instalação será a unidade avançada do Porto de Santos. Em contrapartida o Instituto já comunicou que fechará três escritórios: Assis, Araçatuba e Ribeirão Preto;
- c) A implantação do sistema de ponto eletrônico ainda é falho, tendo em vista

problemas de funcionamento das máquinas.

- d) Os servidores estão desmotivados por falta de recursos e planejamento, sendo que há orientação para a instalação de uma “*super divisão*” (DITEC), à qual todos os núcleos estão subordinados, inclusive com a eliminação do núcleo de fiscalização.
- e) Vários servidores estão afastados por licença médica.

CEPTA

- a) O Coordenador do CEPTA deixou o cargo e há um processo em curso para seleção de novo Coordenador, para o qual estão inscritos 30 candidatos.
- b) Há falta de recursos por causa do contingenciamento determinado pelo governo.
- c) Há problemas com os planos de saúde, tanto GEAP, quanto os demais oferecidos pelo ICMBio.
- d) Os servidores entendem que há necessidade de mudanças no CEPTA, tanto estrutural quanto gerencial.
- e) Vários servidores estão prestes a se aposentar. No entanto, devido à suspensão da orientação normativa nº. 10, após acórdão do TCU referente à matéria, podem estar correndo o risco de ter seu tempo ficto, que foi contado por exercer suas atividades em lugares insalubres, após o surgimento do RJU, reavaliados e negados mesmo sendo parte do MI ganho pela Asibama Nacional.
- f) Os servidores reunidos na assembleia ocorrida para escolha e referendo dos delegados ao Congresso da Asibama Nacional deliberaram pela Moção de apoio à manutenção do escritório do IBAMA de Ribeirão Preto, em virtude da sua importância e necessidade para a Região e pelos trabalhos feitos em conjunto com o CEPTA.

7.16 SINTFAMA/MT

Reunidos no dia 11 de outubro de 2013, os servidores filiados ao SINTFAMA/MT deliberaram por enviar ao VI Congresso os seguintes informes e encaminhamentos:

- a) Que haja uma cobrança de posicionamento da administração do IBAMA frente a decisão de desocupação da sala do SINTFAMA/MT na SUPES/MT, em contradição à orientação da Nota nº 32-2013/COMAP/PFE-IBAMA SEDE/PGF/AAGU, que trata da cessão de uso de bens imóveis pertencentes ao IBAMA;
- b) Que haja posicionamento da Asibama Nacional sobre a orientação da administração IBAMA/MT para alteração do status de Sindicato para Associação, com a justificativa de que o SINTFAMA/MT tem prejudicado a administração do IBAMA/MT em conseguir recursos necessários para a manutenção e avanços na gestão do IBAMA/MT;

- c) A entidade entende que houve um enfraquecimento da relação da Asibama Nacional com as entidades de base, afetando a sua capacidade de mobilização. Por exemplo, somente o SINTFAMA/MT acompanhou o indicativo do V Congresso da Asibama Nacional de entrar em greve em jun/2012, alinhado com a Condsef;
- d) Que seja fortalecida a luta pela gratificação de interiorização;
- e) Que a Asibama Nacional cobre e acompanhe a regulamentação do Art. 2º da Lei 12.856/2013; e
- f) Que sejam esclarecidos os critérios de abertura e fechamento de unidades descentralizadas do IBAMA.

8 **Informes jurídicos da Asibama NACIONAL**

O advogado da Asibama Nacional, Diego Vega, apresentou o Relatório Jurídico atualizado, o qual encontra-se disponível no site da Asibama Nacional.

Clique [AQUI](#) e veja o relatório

9 **Apresentação do relatório do conselho fiscal da Asibama Nacional**

O Conselho Fiscal da Asibama Nacional, por intermédio do representante do órgão, Francisco Messias Lopes, apresentou à plenária o Relatório Fiscal da Gestão 2011-2014 atualizado, o qual encontra-se disponível no site da Asibama Nacional .

Clique [AQUI](#) e veja o relatório

17/10/2013 (QUINTA-FEIRA)

10 **Discussão e votação de alteração do Estatuto**

A manhã foi destinada à discussão e votação de alterações no estatuto da Asibama Nacional. De comum acordo com a plenária, os trabalhos foram suspensos para o almoço, com a proposta de somente serem retomados na parte da tarde, após o debate sobre organização e mobilização dos servidores da área ambiental.



11 **Mesa sobre organização e mobilização dos servidores da área ambiental**

Às 14h40 os trabalhos foram retomados. A Mesa interrompeu a discussão sobre a alteração do estatuto para abrir a fala ao Secretário-Geral da Condsef, Josemilton, pois o representante precisava retornar ao aeroporto Viracopos na mesma tarde.

Josemilton trouxe informes sobre as negociações com o governo em 2013, em que a entidade pleiteou a antecipação da parcela de 2015 para 2014. Alertou sobre a possível necessidade de deflagração de greve unificada em março de 2014, para cobrar cumprimento dos acordos. Informou que o lançamento da próxima Campanha Salarial será em janeiro de 2014. A pauta unificada e os acordos não cumpridos serão cobrados através de Grande Marcha inicialmente prevista para a primeira quinzena de março de 2014. Entre as pautas prioritárias está a regulamentação da data-base. Josemilton informou também que, devido ao período eleitoral, a LOA em 2014 deve ser encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional até final de junho.

Aberto para discussão – destaque para as seguintes intervenções:

- Indenização de campo prevista na Lei das 1000 vagas (Lei 12856/13) não foi um avanço e é bem diferente da Indenização dada a outras carreiras federais de maior prestígio, através da Lei 12855/13;
- Avaliar paralisações durante a copa;

- Pensar em formas mais criativas de mobilizações, de interação com a opinião pública;
- Desmobilização dos servidores. Necessidade de estratégias para melhorar, pois todas as conquistas da carreira vieram de lutas;
- Necessidade de reconhecimento da carreira como “de Estado”;
- Necessidade de unificação de todas as categorias;
- Buscar viabilizar fundo de greve;
- Regulamentação do direito de greve é necessária, se construída na ótica dos servidores.



12 **Discussão e votação de alteração estatutária (continuação)**

A discussão sobre a alteração estatutária foi retomada após a fala do representante da Condsef. O resultado final das alterações estatutárias aprovadas pela plenária, constam no anexo “RESUMO DA REVISÃO DO ESTATUTO DA ASIBAMA NACIONAL APROVADA PELO VI CONGRESSO”, que é parte integrante deste relatório. A nova versão do estatuto, após ser devidamente registrada em cartório, será disponibilizada no site da Asibama Nacional.

13 **Plenária geral**

Apresentação, discussão e votação de resoluções e moções.

18/10/2013 (SEXTA-FEIRA)

14 **Plenária geral (continuação)**

As resoluções e moções aprovadas na plenária geral estão ao final do presente relatório.



15 **Mesa de encerramento do VI CONGRESSO NACIONAL**

O VI Congresso Ordinário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do Pecma foi encerrado às 12h30 do dia 18 de outubro de 2013. As falas finais foram dadas pela Presidente da Asibama Nacional, Ana Maria Cruz.



Fotos gentilmente cedidas pelo servidor Paulo Marinari Rodrigues

16 RESOLUÇÕES

16.1 Considerando que:

Os problemas e as demandas da maioria da população brasileira não se devem ao baixo desenvolvimento ou “atraso” do país, mas exatamente a uma certa concepção de desenvolvimento econômico, na qual camponeses, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas e trabalhadores urbanos se veem diante da violência do mercado e da lógica do capital, que tudo transforma em mercadoria para manter a sempre crescente acumulação privada.

Os leilões do petróleo e a concessão das demais riquezas minerais presentes no território nacional são um exemplo desse desenvolvimentismo que serve aos interesses da acumulação privada de capital e não à maioria da população.

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) vem anunciando que haverá a exploração de gás não-convencional em blocos do 12º Leilão de Petróleo e Gás, previsto para ocorrer em novembro de 2013, mesmo quando este tipo de gás já foi definido pela própria ANP como “gás de difícil acesso, e conseqüentemente pouco atrativo economicamente” (Nota Técnica nº 09/2010-SCM).

O 12º Leilão de Petróleo e Gás envolverá bacias como as do Acre/Madre de Dios, nos Vales do Juruá e Javari, uma das regiões de maior sociobiodiversidade do Brasil, com diversos registros de ocorrência de povos indígenas “isolados”.

O método utilizado para explorar as reservas de gás não-convencional (como o chamado “gás de xisto”) é o fraturamento hidráulico – *fracking*, que tem sido responsável por graves impactos socioambientais nas regiões aonde ocorrem atualmente sua exploração, destacando-se a contaminação dos lençóis freáticos, o comprometimento das reservas de água potável e até mesmo a ocorrência de abalos sísmicos. Estes impactos vêm sendo denunciados por diversas organizações da sociedade civil em todo o mundo e alguns países, municípios e estados na Europa, América do Norte e América do Sul já decretaram a moratória do *fracking*. No Brasil, os impactos desta atividade foram, inclusive, reconhecidos pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás – GTPEG, que analisou previamente os blocos a serem incluídos no leilão.

Os servidores públicos federais da área ambiental reunidos em seu VI Congresso Nacional decidem:

Apoiar a campanha “**O Petróleo Tem Que ser Nosso**”, defendendo o fim dos leilões do petróleo e o restabelecimento de seu monopólio estatal, assim como a completa re-estatização da Petrobras e o efetivo controle social dos recursos advindos da exploração. Porém, fazem isto, sem deixar de destacar que: não basta o petróleo ser nosso, pois ainda é preciso repensar o modelo energético e até mesmo o próprio modelo de sociedade em que vivemos, hoje, pautado mais no

“ter” do que no “ser”.

Se posicionar contrariamente à exploração de gás não-convencional, pois esta pode provocar graves impactos socioambientais em troca de um baixo retorno econômico, desconsiderando-se os prejuízos à vida. Assim, entendemos que, enquanto houver reservas de gás convencional não há qualquer justificativa para a exploração do gás não-convencional. Moratória do fracking já!

- 16.2** Considerando a Resolução aprovada neste VI Congresso sobre o mercado de hidrocarbonetos no Brasil, os servidores do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA, do ICMBio e do Serviço Florestal Brasileiro, reunidos no VI Congresso Ordinário da Asibama Nacional, resolvem que:

Deverá ser encaminhada uma notificação extrajudicial solicitando esclarecimentos ao MMA, MME, DNPM, ANA E ANP quanto aos possíveis impactos do método de fraturamento hidráulico – *fracking* – utilizado para a exploração do gás não-convencional, que – segundo informações da assessoria jurídica da Asibama Nacional – deverá ser respondida em 20 dias;

Caso a notificação não seja respondida dentro do prazo previsto, ou caso as respostas aos questionamentos sejam insuficientes e/ou evasivas, a Asibama Nacional deverá impetrar com uma ação cautelar de produção antecipada de prova, preparatória de Ação Civil Pública.

- 16.3** O Congresso delibera abrir consulta aos servidores da CEMA e do Pecma para aferir se há a necessidade de troca da sigla da associação. A consulta será coordenada pela Diretoria-Executiva da Asibama Nacional, que orientará as entidades filiadas a realizarem assembleias amplas com filiados e demais servidores, abrirá espaço na internet para contribuições diretas dos servidores e preparará informe conclusivo para submeter à deliberação no próximo congresso da entidade.

- 16.4** Os servidores do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA, do ICMBio e do Serviço Florestal Brasileiro, reunidos no VI Congresso Ordinário da Asibama Nacional, resolvem que:

A Diretoria-Executiva da Asibama Nacional deverá encaminhar um documento oficial direcionado ao Presidente do IBAMA cobrando o cumprimento do Relatório da Comissão instituída pela Portaria 443/2012.

A Asibama Nacional também deverá buscar a apuração das responsabilidades quanto à cessão de bens móveis e imóveis às prefeituras sem que houvesse ato formal de fechamento das unidades, bem como encaminhar denúncia ao Ministério Público Federal sobre o caso.

Cobrar formal e administrativamente o Presidente do IBAMA acerca dos

encaminhamentos propostos no relatório da Comissão instituída pela Portaria 443/12, bem como apuração dos bens imóveis dos ESREG's. Encaminhar ao MPF denunciando o IBAMA e MMA pela situação de fechamento sem planejamento, desconsiderando o relatório.

16.5 "Pela Ampliação da Participação Social, da Transparência e do Controle Popular das Políticas Públicas Ambientais".

Passados 25 anos desde a promulgação da CF 88, ainda estamos distantes de constituir uma real Democracia e ter nossa Administração Pública guiada pelos princípios do art. 37 da Carta Magna. Democracia requer poder popular, que vai muito além da eleição de representantes para o Executivo e o Legislativo, e a Administração ainda precisa entender que não dependem de sua discricionariedade a participação social e o controle popular de suas políticas públicas.

Ao contrário do que propugnam tecnocratas e governantes, a gestão participativa das políticas públicas não resulta em ônus desnecessário, mas em legitimidade, empoderamento recíproco e "consultoria gratuita" fornecida por aqueles diretamente interessados nas questões. Consultoria que não se limita à fase de planejamento das políticas/ações, mas sim se estende ao longo de todo o processo, constituindo recurso valioso para o aumento do desempenho da gestão pública e o controle no bom uso dos recursos públicos.

Fruto de uma construção secular, o Estado brasileiro ainda é intrinsecamente autoritário – o que é evidenciado, p.ex., pela forte resistência à transparência e ao controle externo, que costumam ser incorporados segundo o mínimo exigido em lei e sob pressão de órgãos como CGU e Ministério Público, geralmente malquistos por dirigentes e governantes.

Tal situação não ocorre apenas da "da porta para fora", mas igualmente "da porta para dentro". Não há transparência e gestão participativa efetiva no interior dos próprios órgãos públicos. Com isso, desperdiça-se a oportunidade de motivar os servidores e de aproveitar seu potencial para contribuir para a melhora no desempenho da gestão. Ademais, o autoritarismo leva a situações em que servidores não exercem seu dever de zelar pelos princípios da Administração, por receio de não obterem resultado e sofrerem retaliações.

Nós, servidores públicos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA, devemos lutar em nossas instituições pela ampliação da participação social, da transparência e do controle popular das políticas públicas ambientais. A demanda é histórica e legítima e o momento é propício para o avanço da pauta – basta considerar as massivas manifestações ocorridas em todo o país a partir de junho deste ano.

Além dos benefícios para a Democracia e para a qualidade das políticas ambientais, avançarmos nessa pauta resultará em fortalecimento de nossas lutas, do serviço público como um todo e de nossa categoria em particular, que ganhará ainda mais legitimidade, respeito e consideração perante a sociedade.

Cabe a nós, servidores, guiarmos e inclusive *empurrarmos* nossas instituições para isso, sempre que elas não se empenhem o suficiente ou mesmo dificultem o processo. Devemos nos aproximar de potenciais parceiros, como o Ministério Público, CGU, FUNAI, INCRA e suas associações, e estabelecer laços entre nossas entidades. Lutemos e trabalhemos em todos os nossos dias por uma Administração que mereça a qualificação de **Pública!**

16.6 A pesca artesanal é responsável por mais da metade da produção pesqueira do país e envolve diretamente mais de 700 mil pescadores e pescadoras, garantindo o sustento de aproximadamente 2 milhões de pessoas.

O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), desde sua criação, sempre privilegiou os interesses da aquicultura empresarial e da pesca industrial, deixando a pesca artesanal refém de políticas públicas pontuais e ineficazes que desconsideram sua importância e não enfrentam as precárias condições de trabalho e sua pífia ou inexistente infraestrutura para o beneficiamento e a venda do pescado.

Essas características da política pesqueira atual apenas refletem o modelo de desenvolvimento no qual estamos inseridos, onde grandes projetos de infraestrutura, complexos industriais e a exploração irracional de nossos recursos naturais, impulsionados, sobretudo, pela expansão do agronegócio, da mineração e da indústria petrolífera, intensificam a pressão sobre pescadores e pescadoras artesanais, ameaçando seus territórios e seus modos de vida.

Porém, numa resposta contundente ao descaso dos governos, pescadores e pescadoras artesanais, se organizaram em um movimento nacional e autônomo, o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), que no último ano lançou a Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, com o objetivo principal de aprovar uma Lei de Iniciativa Popular que reconheça e disponha a demarcação das áreas de terra e água das quais dependem as comunidades pesqueiras.

Desta forma, o VI Congresso Nacional da Asibama Nacional, compreendendo que o reconhecimento do direito coletivo a esses territórios e aos recursos neles presentes é fundamental para garantir a sustentabilidade da pesca artesanal e garantir a reprodução dos modos de vida e práticas tradicionais de suas comunidades, resolve:

1. Parabenizar e apoiar incondicionalmente a disposição de luta e a resistência dos pescadores e pescadoras artesanais frente ao modelo de desenvolvimento predatório e excludente impulsionado pelos governos há vários anos;

2. Incorporar a Asibama Nacional na Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, ao declarar publicamente seu apoio, participar das atividades para as quais for convocada e incentivar suas entidades filiadas a também se incorporarem na coleta de assinaturas para o projeto de lei.

- 16.7** Os documentos a serem apreciados pelos próximos Congressos Nacionais (resoluções, moções, teses...) deverão ser encaminhados à Diretoria Executiva da Asibama Nacional preferencialmente com 15 dias de antecedência para serem disponibilizados aos delegados.

A Diretoria Executiva deverá encaminhar a programação do próximo congresso com sessenta de antecedência de sua realização.

- 16.8** Que a ACADEBio seja tornada uma universidade da Carreira de Especialista em Meio Ambiente – CEMA e do PECMA, funcionando prioritariamente com instrutoria interna, que também pode ser aberta para demais servidores públicos – em moldes similares ao da Escola Nacional da Administração Pública – ENAP.

Que os eventos de capacitação da CEMA e do PECMA sejam realizados preferencialmente na ACADEBio.

Que a instrutoria interna seja organizada e fomentada pelo MMA e vinculadas e que as capacitações dos servidores sejam realizadas por meio de instrutoria interna, sempre que possível.

Que o próximo congresso seja realizado na ACADEBio.

- 16.9** Os servidores do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA, do ICMBio e do Serviço Florestal Brasileiro, reunidos no VI Congresso Ordinário da Asibama Nacional, resolvem que: Será formada uma comissão com a participação de integrantes da Asibama Nacional e das entidades filiadas, que se dispuserem a participar, para construir um documento amplo que aponte de forma categórica os desmandos quem vem acontecendo na DIPLAN/IBAMA.

- 16.10** Os servidores do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA, do ICMBio e do Serviço Florestal Brasileiro, reunidos no VI Congresso Ordinário da Asibama Nacional, resolvem que deverá ser formado um grupo de trabalho permanente para desenvolver uma agenda de fortalecimento da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA que possa coordenar, organizar, mobilizar e subsidiar ações aprovada no âmbito das instituições quem compõem a Asibama Nacional para 2013 e 2014.

- 16.11** Os servidores do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA, do ICMBio e do Serviço Florestal Brasileiro, reunidos no VI Congresso Ordinário da Asibama Nacional, resolvem que deverá ser formado um grupo de trabalho para tratar de assuntos que envolvam energia e mineração.

- 16.12** Os servidores do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA, do ICMBio e do Serviço

Florestal Brasileiro, reunidos no VI Congresso Ordinário da Asibama Nacional, resolvem que deverá ser formado um grupo de trabalho para tratar de assuntos que envolvam transgênicos e agrotóxicos.

16.13A Asibama Nacional deverá lutar pela criação da Data Base.

16.14A Asibama Nacional deverá estar mobilizada pelo arquivamento do PL que visa a criação da ANAMA (Agência Nacional do Meio Ambiente).

16.15A Asibama Nacional deverá inserir no seu site os Gt's formados e os assuntos por eles discutidos, os materiais de discussão, e formulários para a manifestação dos associados das entidades, bem como a manifestação final dada ao tema.

16.16A Asibama Nacional deverá buscar a produção de vídeos de interesse do servidor e colocá-los disponíveis no site.

16.17Tramita no Congresso Nacional desde 2002, um Projeto de Emenda nº 556/2002, que prevê estender aos Seringueiros e Soldados da Borracha recrutados que integraram o esforço nacional de guerra brasileiro realizado durante a Segunda Guerra Mundial, que versa sobre a garantia dos mesmos direitos, garantidos pela Constituição Federal, aos ex-combatentes (pracinhas) das forças armadas que atuaram no conflito mundial na Europa no período de 1939 a 1945 anos.

Desde 2002 a referida PEC já passou por dois arquivamentos e inúmeras solicitações para que a matéria entrasse na ordem do dia e que até hoje não se obteve sucesso. Já existe um estudo realizado no ano de 2009 pela Câmara dos Deputados que aponta um grande contraste entre os direitos dos Soldados da Borracha e os Pracinhas. Só para ilustrar essa distorção o rendimento de um Soldado da Borracha representa pouco mais de 22% dos rendimentos de um Pracinha, dentre outras aberrações.

Por esse motivo solicito que o Congresso Nacional da ASIBAMA apoie a luta dos Soldados da Borracha nos seguintes aspectos:

a – Divulgação da página do Sindicato dos Soldados da Borracha de Rondônia (<http://www.soldadodaborracha.com.br>) na pagina da AIBAMA Nacional;

b – Que seja amplamente divulgado a abaixo assinado constante na página daquele sindicato, inclusive na própria página da ASIBAMA Nacional;

c – Que seja estudada outras formas de apoio, visando a correção dessa injustiça histórica, que refletirá diretamente na melhoria da qualidade de vida de muitos

moradores das UC's da Amazônia que dependem diretamente desse benefício.

17 MOÇÕES

17.1 Os servidores do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, do ICMBio e do Serviço Florestal Brasileiro, reunidos no VI Congresso Ordinário da Asibama Nacional, deliberaram pela moção de apoio contra o fechamento do ER IBAMA Ribeirão Preto pelos motivos que seguem abaixo:

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio sendo uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, tem como missão institucional executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e ainda fomentar a execução de programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade brasileira.

Neste contexto, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais – CEPTA, localizado em Pirassununga as margens do rio Mogi Guaçu, desenvolve e executa ações de pesquisa e conservação de peixes desta bacia hidrográfica desde 1939.

O IBAMA, através de seu escritório de Ribeirão Preto, tem sido nestes últimos anos parceiro e aliado na missão de proteção e conservação, através do subsídio de ações de controle, fiscalização e articulação do Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas da Fauna Aquática do Ecossistema Mogi, Pardo e Grande – PAN Mogi-Pardo-Grande (Portaria ICMBio nº 78, de 5 de Março de 2012), e recentemente Bacia do Rio Sapucaí-Mirim.

Estas ações coordenadas pelo IBAMA, escritório de Ribeirão Preto, tem como objetivo articulação para restaurar e conservar as matas ciliares e reduzir as causas do assoreamento nos corpos d'água da área do PAN, iniciando pelas áreas estratégicas e prioritárias para as espécies de peixes ameaçadas de extinção, mitigar os impactos dos barramentos sobre as espécies de peixes, com ênfase nas ameaçadas de extinção na área do PAN, proteger áreas prioritárias para conservação de espécies de peixes ameaçadas de extinção, em especial as áreas de berçário, lagoas marginais e áreas de várzea adjacentes, na área do PAN.

O IBAMA Ribeirão Preto também auxilia na instrumentalização de processos e orientação no que diz respeito à Área de Soltura e Monitoramento de Fauna do CEPTA oriunda do IBAMA de Ribeirão Preto e Bauru, além dos Batalhões de Polícia Ambiental do Estado, aves silvestres apreendidas em operações de fiscalização.

Cabe ressaltar que este Escritório Regional é essencial na região da Bacia dos Rio Mogi, Pardo e Grande, pois apoia e desenvolve conjuntamente com esse Centro, ações de Educação Ambiental com ampla participação da sociedade e entidades ligadas a temática.

Ao tomarmos conhecimento dessa medida de reestruturação do IBAMA, que implica no fechamento desta Unidade Avançada nos causou surpresa, pois este escritório atende 84 Municípios com um total populacional maior do que alguns estados brasileiros e os inúmeros trabalhos desenvolvidos são reconhecidos e

respeitados pela sociedade local.

Assim, manifestamos nosso apoio à permanência do escritório da IBAMA em Ribeirão Preto, pela sua importância estratégica nacional e repudiamos essa medida de seu encerramento, medida esta tão nefasta para uma significativa parcela da população.

- 17.2 Os servidores do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, do ICMBio e do Serviço Florestal Brasileiro, reunidos no VI Congresso Ordinário da Asibama Nacional, deliberaram pela moção de apoio à luta em defesa dos direitos constitucionais dos povos do campo e das florestas.

Somos contra a apropriação criminosa das terras indígenas, de territórios quilombolas, ribeirinhos e das terras públicas em geral – tais como as unidades de conservação e as áreas destinadas à reforma agrária – por parte de grandes proprietários de terras e capitalista com interesses fincados na agropecuária, representados pelos empresários do agronegócio, fato este que vem ocorrendo com omissão do estado em decorrência do não cumprimento de suas obrigações.

- 17.3 Os servidores do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, do ICMBio e do Serviço Florestal Brasileiro, reunidos no VI Congresso Ordinário da Asibama Nacional, manifestam total apoio ao movimento grevista e às reivindicações dos profissionais da educação das redes municipais e estadual do Rio de Janeiro e repudia veementemente o tratamento dispensado pelo Prefeito do Rio de Janeiro e o Governador do Estado aos servidores grevistas, seja na condução política de negociações de fachada, seja através da violência policial nas manifestações de rua.

Exaltamos o mérito dos profissionais da educação pública que perseveram atuantes em sua vocação de educadores formadores de cidadãos, mesmo enfrentando condições precárias de infraestrutura, com salários indignificantes, ausência ou escassez de incentivo à capacitação e expostos muitas vezes às mazelas da violência de nossa sociedade. Condições essas impostas pelas autoridades, que historicamente tratam a classe com descaso e desrespeito.

Somos solidários à resistência dos grevistas na manutenção deste movimento histórico e necessário, que ensina à sociedade muito mais do que qualquer “hora/aula”. As ameaças de corte de ponto e abertura de processo administrativo contra os profissionais que exercem seu legítimo direito de greve, baseadas em decisões claramente políticas dos tribunais, apenas reforçam o caráter autoritário e negligente da postura adotada pelo poder público desde o início dos movimentos.

Por fim entendemos que a liberdade de manifestação é um direito da sociedade e não lhe pode ser cerceada. As cenas de violência protagonizadas pela Polícia Militar do governador Sérgio Cabral na repressão de manifestações pacíficas, incluídas as recentemente realizadas pelos profissionais da educação pública, deixam claro que a herança mais nefasta da ditadura militar é um grave problema

que deve ser urgentemente enfrentado pela sociedade. É inaceitável que em pleno regime democrático o Estado use seu braço armado para reprimir, violentar e prender trabalhadores e cidadãos que saem às ruas para reivindicar direitos constitucionalmente garantidos e lutar por melhores condições de trabalho, de vida e por uma sociedade melhor.

Pela revogação do Plano de Cargos e Salários aprovado à revelia da categoria! Contra a postura antidemocrática e negligente do prefeito Eduardo Paes e do governador Sérgio Cabral! Todo apoio à luta dos profissionais da educação!

17.4 Os servidores do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, do ICMBio e do Serviço Florestal Brasileiro, reunidos no VI Congresso Ordinário da Asibama Nacional, deliberaram pela moção de apoio à luta em defesa do movimento que busca a proposição de um Projeto de Lei visando a democratização da mídia

Também foi aprovada a questão de mérito de uma moção que defendia o direito dos servidores públicos contarem com a redução de jornada prevista em lei, sem que com isto se estabeleça uma contradição com a reivindicação histórica da classe trabalhadora por redução de jornada sem redução salarial.

Plano de Lutas

Lutar contra a aprovação das PECs::

- PEC 215/2000 - transfere a competência de demarcação das terras indígenas, quilombolas e das populações tradicionais do Poder Executivo para o Congresso Nacional. Tal medida visa esvaziar a FUNAI, INCRA e ICMBio além de paralisar as demarcações, expropriar os territórios já demarcados dos indígenas, quilombolas, populações tradicionais e unidades de conservação.
- PEC 237/2013 - visa o arrendamento das terras indígenas, em prol do desenvolvimento do agronegócio e da exploração mineral, resultando em mais desmatamentos, poluição de águas/nascentes e o fim da biodiversidade brasileira.

Lutar contra a aprovação do PLP 227/2012 - visa ditar as atividades que compõem o relevante interesse público da União de forma a legitimar a expropriação dos territórios indígenas, quilombolas e das populações tradicionais através da implantação de hidrelétricas, rodovias, mineração e atividades do agronegócio, entre outros.

Lutar contra toda e qualquer tentativa de criminalização dos movimentos sociais.

Lutar pela ratificação das Convenções:

Convenção nº 158, de 1982, que dispõe sobre o término da relação de trabalho por iniciativa do empregador, visando protegê-lo contra a despedida arbitrária ou sem causa socialmente justificada.

Convenção nº 169 da OIT, trata sobre o direito dos povos indígenas e tribais - determina que os povos indígenas sejam consultados sobre a elaboração e execução de projetos e programa de desenvolvimento econômico que lhes afetam.

Convenção nº 151 da OIT, relativa a proteção do direito de organização e aos processos de fixação das condições de trabalho da função pública.

Defesa da saúde pública, principalmente, no que se refere ao SUS, para que além de ser universal seja de qualidade para atendimentos de toda a população brasileira, bem como apoio ao Programa Mais Médico.

Aderir a campanha de fortalecimento da FUNAI na demarcação de terras indígenas e contra a proposta do governo de revisão para redução de suas atribuições.

Campanha contra o DESMONTE E PELO FORTALECIMENTO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS.

Participar de Campanhas contra os agrotóxicos transgênicos, biologia sintética e geoengenharia que ameaçam a saúde dos seres vivos, ao meio ambiente, quando estabelecem monopólios sobre variedades de plantas e animais.

Lutar contra o contingenciamento orçamentário imposto pelo governo aos órgãos públicos em detrimento de suas atribuições finalísticas, principalmente no que concerne as instituições ambientais.

Reestruturação, fortalecimento e maior autonomia dos órgãos ambientais.